

ATA NÚMERO 371/XII/4.^a SL

Aos quinze dias do mês de abril de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 370, referente à reunião de 8 de abril.
2. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 313/XII/4.^a (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, à primeira alteração à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico, à primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, introduzindo clarificações nos respetivos regimes.
Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 24 de abril, sendo competente a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local].
4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 807/XII/4.^a (PS) - Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).
5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 815/XII/4.^a (BE) - Repõe direitos no acesso ao abono de família.
Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de abril, sendo competente a Comissão de Segurança Social e Trabalho].

6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 835/XII/4.^a (PS) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração.
7. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015 - COM(2014)910.
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - Semestre Europeu 2015: Análise dos desafios no domínio do crescimento, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e resultados das apreciações aprofundadas nos termos do Regulamento (UE) n.º 1176/2011) – COM(2015)85 e o anexo Documento de trabalho dos serviços da Comissão: Relatório relativo a Portugal 2015 que inclui uma apreciação aprofundada sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos - SWD(2015)41.
Relator: Senhor Deputado Vieira da Silva (PS).
9. Distribuição, para elaboração de parecer, do Relatório do Governo: Portugal na União Europeia - 2014.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
10. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.
11. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE com vista à audição do responsável da Área de Segurança Informática da Autoridade Tributária, Dr. José Morujão Oliveira, no âmbito das audições sobre a "lista VIP de contribuintes".
12. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à audição do Diretor da Direção de Auditoria Interna da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr. Acácio Pinto, no âmbito da denominada "Lista de Contribuintes VIP".
13. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 370, referente à reunião de 8 de abril.

A [ata n.º 370](#), referente à reunião de 8 de abril, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

2. Distribuição, para elaboração de parecer, da Proposta de Lei n.º 316/XII/4.ª (GOV) – Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) como autor do parecer da Comissão sobre a [Proposta de Lei n.º 316/XII/4.ª \(GOV\)](#).

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 313/XII/4.ª (GOV) – Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, à segunda alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, à primeira alteração à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico, à primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho, que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, introduzindo clarificações nos respetivos regimes.

Autor do parecer: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 24 de abril, sendo competente a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local].

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 313/XII/4.ª \(GOV\)](#), sublinhando, tal como referido na Nota Técnica, a necessidade de proceder à consulta da ANMP e da ANAFRE, em sede da Comissão competente, e de serem votadas na especialidade, em Plenário, um conjunto de normas do diploma, por imperativo constitucional. Não havendo intervenções em sede de debate, foi o parecer submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 807/XII/4.^a (PS) – Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.**

Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 807/XII/4.^a \(PS\)](#), recordando as principais disposições da iniciativa, após o que, não sendo suscitadas intervenções, foi o parecer submetido a votação e aprovado por unanimidade.

- 5. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 815/XII/4.^a (BE) - Repõe direitos no acesso ao abono de família.**

Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

[Iniciativa agendada para a Sessão Plenária de 15 de abril, sendo competente a Comissão de Segurança Social e Trabalho].

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 815/XII/4.^a \(BE\)](#), dando nota do objeto da iniciativa e reservando a sua opinião para o debate a ocorrer na Sessão Plenária dessa tarde, após o que, não havendo intervenções, foi o parecer submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 835/XII/4.^a (PS) – Procede à quarta alteração à Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, determinando um novo modelo de designação do Governador do Banco de Portugal e dos demais membros do Conselho de Administração.**

No âmbito da apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 835/XII/4.^a \(PS\)](#), não havendo sugestões de audições, foi fixada a data limite de 20 de abril, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração com vista à discussão e votação da iniciativa, na especialidade, na reunião da Comissão de 22 de abril.

7. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015 - COM(2014)910.

Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015](#), recordando que este se encontra em execução desde o início do ano, tendo a audição pública de apresentação do citado Programa na Assembleia da República ocorrido em 9 de abril, na sequência da qual decorria o relatório em apreciação. O relator deu nota do reduzido número de novas iniciativas propostas pela Comissão Europeia, parte das quais parte já escrutinada pela COFAP (ou em processo de escrutínio), propondo que, de entre as restantes, a Comissão considerasse como prioritária a iniciativa n.º 12 do Anexo I do Programa – *Pacote de medidas com vista ao aprofundamento da União Económica e Monetária*, atento o facto de esta se consubstanciar em medidas diretamente acompanhadas pela COFAP em matéria de governação económica, de incluir incentivos para a realização de reformas estruturais, matéria de grande relevância para Portugal, e, por fim, de referir a criação de uma soberania comum, aspeto a acompanhar aprofundadamente. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que saudou o relator e efetuou uma sugestão de redação na página 8 do relatório, aceite pelo relator, após o que, não havendo intervenções adicionais, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

8. Apreciação e votação do relatório sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - Semestre Europeu 2015: Análise dos desafios no domínio do crescimento, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e resultados das apreciações aprofundadas nos termos do Regulamento (UE) n.º 1176/2011) - COM(2015)85 e o anexo Documento de trabalho dos serviços da Comissão: Relatório relativo a Portugal 2015 que inclui uma apreciação aprofundada sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos - SWD(2015)41.

Relator: Senhor Deputado Vieira da Silva (PS).

O Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) apresentou o relatório sobre a [Comunicação da Comissão referente ao Semestre Europeu 2015](#) e sobre o [Documento de trabalho dos serviços da Comissão: Relatório relativo a Portugal 2015](#). O relator recordou os documentos em apreciação (e a opção tomada de sublinhar os seus aspetos mais importantes, nomeadamente

pelo caráter inovador dos mesmos) e as suas implicações para Portugal, tendo ainda dado conta das conclusões constantes do relatório. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), que saudou o relatório e efetuou algumas considerações genéricas sobre o enfoque dado às questões sociais (no contexto das matérias inovadoras), sublinhando a ausência de referências às reformas em matéria de outras políticas orçamentais estruturais. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) saudou também o relator, cumprimentando-o pelo trabalho desenvolvido e efetuando duas sugestões de redação quanto ao teor dos considerandos e ao ponto 2 das conclusões, aceites pelo relator. Não havendo questões adicionais, foi o relatório submetido a votação e aprovado por unanimidade.

9. Distribuição, para elaboração de parecer, do Relatório do Governo: Portugal na União Europeia - 2014.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como autor do parecer da Comissão ao [Relatório do Governo: Portugal na União Europeia – 2014](#) o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

10. Votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou a discussão havida anteriormente quanto ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre o assunto em apreço, apresentando um requerimento (complementar ao primeiro) com um menor número de audições face ao inicialmente previsto. Em sede de debate, usou inicialmente da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) que considerou, ainda que concordando com a relevância do tema, estar em causa um número desproporcionado de audições face ao volume de trabalho da COFAP e ao momento da Sessão Legislativa e da Legislatura. Recordou, ainda, que as questões ao Governo poderiam ser colocadas em sede da próxima audiência regimental. Por fim, concordou com a necessidade de as Comissões procederem, regularmente, a espaços de reflexão, devidamente previstos no respetivo Plano de Atividades, à semelhança do ocorrido na presente Sessão Legislativa com o debate sobre a dívida pública. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) recordou que já anteriormente havia sido suscitada a reserva quanto à oportunidade deste conjunto alargado de audições, considerando ainda que se o objetivo do PCP era o de discutir a fiscalidade, estavam omissas as pequenas empresas, e que

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

no caso de o objetivo ser o de promover a discussão da fiscalidade das grandes empresas, deveria ser previamente feito um estudo comparado de práticas internacionais. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) registou os argumentos aduzidos e a abertura para, eventualmente, se proceder a este debate num outro momento. Não havendo intervenções adicionais, foram os requerimentos (originário e complementar) submetidos a votação e rejeitados com os votos favoráveis de PCP e BE, a abstenção do PS e os votos contra de PSD e CDS-PP.

11. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do BE com vista à audição do responsável da Área de Segurança Informática da Autoridade Tributária, Dr. José Morujão Oliveira, no âmbito das audições sobre a "lista VIP de contribuintes".

12. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à audição do Diretor da Direção de Auditoria Interna da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr. Acácio Pinto, no âmbito da denominada "Lista de Contribuintes VIP".

Havendo acordo para a apreciação, conjunta, dos dois requerimentos, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para apresentação do requerimento e do seu fundamento, na sequência do trabalho já desenvolvido pela Comissão, nomeadamente as audições efetuadas. De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) para apresentar o respetivo requerimento, defendendo que os requerimentos se complementavam. Em sede de debate, usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que recordou não ser prática das Comissões convocar funcionários públicos para audições, sendo os membros do Governo e, eventualmente, dirigentes máximos da Administração Pública, aqueles que estão sujeitos à atividade de fiscalização da Assembleia da República para apurar eventuais responsabilidades políticas. O Senhor Deputado recordou ter anuído às audições anteriores, defendendo ser agora necessário aguardar pelo resultado das averiguações da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), sublinhando que todos os depoimentos vão no sentido de não ter havido orientações do Governo. Interveio de seguida a Senhora Deputada Isabel Santos (PS), que recordou as audições havidas e as suspeições levantadas, em análise pelo Ministério Público, dando ainda anuência aos dois requerimentos. Posteriormente, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que subscreveu a intervenção do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) e reiterando que as audições apontaram para a inexistência de orientações do Governo em matéria de constituição da Lista em apreço. Considerou ainda a Senhora Deputada que se deveria aguardar pelo resultado das averiguações da IGF (à semelhança do que havia sido feito com o relatório da CNPD, com bons resultados) e, posteriormente, deliberar quanto a eventuais outras audições. Os



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

requerentes aduziram argumentos, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordado que o relatório da CNPD aponta, para além da existência da Lista, de graves problemas na Autoridade Tributária e Aduaneira e, quanto às práticas em matéria de entidades ouvidas em audições, que o membro do Governo e os dirigentes máximos haviam negado a existência da citada Lista, sendo normal 'descer' na hierarquia para apurar os diretamente envolvidos. Por seu turno, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) defendeu estar em causa o apuramento da verdade. Os requerimentos foram, de seguida, sujeitos a votação, sendo rejeitados com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

13. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

Nestes termos, Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.

A reunião foi encerrada às 11:27 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2015

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,
FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Vieira da Silva
Maria José Moreno
Michael Seufert

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elsa Cordeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Cabrita
João Paulo Correia
José de Matos Rosa
Nuno Reis
Pedro Nuno Santos